



O Instituto de Educação do Brasil (IEB) é uma associação brasileira sem fins econômicos, sediada em Brasília. Foi fundado em 1998, com a missão de fortalecer os atores sociais e o seu protagonismo na construção de uma sociedade justa e sustentável.





Grande parte do trabalho do IEB se dá por meio da educação popular, ou seja, trabalhamos com processos de formação horizontal onde o mais importante é a troca de informações entre pessoas que, em geral, tem diferentes níveis de escolaridade formal.

Assim nossa atuação na Amazônia está relacionada a pessoas que mantém vínculos entre a conservação de recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, além do acesso a direitos e gestão de territórios.

Contexto

Grandes extensões do território brasileiro tem experimentado profundas transformações sociais, econômicas e ambientais desde, pelo menos, meados do século XX . A incorporação dos biomas do Cerrado e da Amazônia nos mercados de *commodities* agrícolas impulsionou um amplo movimento de ocupação e exploração de novas áreas. O desmatamento e a exploração do uso da terra em escala continental levou à ocupação desordenada e, muitas vezes, irregular, tornando a governança da terra na Amazônia ainda mais complexa.



Um exemplo do desmatamento na fronteira da terra indígena Karipuna em Rondônia, em 3 de setembro de 2018. Foto: Fábio Nascimento

Assim

O “caos fundiário” prevalece em função dos múltiplos interesses e reivindicações de posse sobre as mesmas terras, provocando disputas e conflitos agrários que, em muitos casos, não encontram mediação adequada no âmbito das estruturas estatais responsáveis. Não raro, esses conflitos resultam em situações de violência e violação de direitos humanos.

A corrida pela terra e a pressão sobre o uso de recursos naturais impactam de maneira drástica os povos indígenas e as comunidades tradicionais nos territórios hoje em disputa.

Algumas premissas

Melhorar a governança da terra e promover a garantia dos direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e de agricultores familiares, são desafios que acreditamos serem centrais no que diz respeito a reduzir os conflitos agrários.

E enfrentar estes desafios requer a participação das organizações da sociedade civil na construção de soluções técnicas, legais e administrativas que promovam o uso da terra e a justiça social e ambiental. Para isto, é essencial investir no desenvolvimento de capacidades tanto de lideranças locais como de técnicos e gestores de governo.

Embora as comunidades tenham seus direitos legítimos previstos no marco legal brasileiro, a invisibilidade e vulnerabilidade social muitas vezes impede as pessoas de acessar e usufruir dos seus direitos.



Desafios

Ainda há muita demanda de investimentos em apoio às capacidades sociais e organização para o desenvolvimento de arranjos produtivos baseados na conservação e uso sustentável dos recursos naturais manejados pelas populações locais.

A melhoria da governança da terra e a garantia dos direitos das comunidades locais e agricultores familiares são, ao mesmo tempo, desafios e fatores essenciais para a diminuição dos conflitos agrários

E não há como diminuir conflitos sem o engajamento dos órgãos governamentais e das organizações da sociedade civil na construção de soluções técnicas, jurídicas e administrativas para realizar o ordenamento territorial e garantir justiça social e ambiental.

Desafios

Os órgãos de governo que atuam com questões fundiárias relativas a povos indígenas e comunidades tradicionais trabalham com marco legal distintos, mas passíveis de diálogo. No mesmo sentido, tanto ICMBIO quanto a FUNAI, operam com restrições de pessoal, escassos recursos financeiros e intensa troca de gestores sob forte pressão política. Como consequência, a gestão das terras indígenas e unidades de conservação se realizam, muitas vezes, de maneira segmentada. Outro desafio é a própria desidratação do MMA, que em nada contribui para a diminuição de conflitos .

Desafios

A necessidade de reduzir os gastos e aumentar a eficácia institucional, evitando duplicação de esforços e ações desconexas, otimizar o tempo despendido nas ações locais por meio de um consenso entre os atores/sujeitos e órgãos envolvidos, bem como a necessidade de promover uma interação institucional entre órgãos governamentais (municipais, estaduais e federais) e destes com a sociedade civil organizada ainda precisam ser superadas.

Com seus 20 anos de atuação na região talvez um dos maiores resultados que o IEB pode destacar é o da promoção do diálogo e da participação social na gestão de áreas protegidas.

Para ilustrar a importância da participação da sociedade civil no apoio a gestão destas áreas, destaco aqui apenas 2 experiências exitosas, uma no estado do Pará e outra no Amazonas:

- participação no Observatorio de Manejo Florestal Comunitário e Familiar; e
- criação da rede de áreas protegidas do sul do Amazonas

O Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (OMFCF) foi constituído em agosto de 2017 com o objetivo de fortalecer os territórios de florestas comunitárias para produzir com sustentabilidade, contribuindo para a diminuição dos impactos do desmatamento nestes locais.

Tem como missão promover o manejo dos recursos florestais, madeireiros e não madeireiros, valorizando e garantindo os direitos e os modos de vida de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais da Amazônia.

O Observatório adota um conceito de florestas, usado pelo Serviço Florestal Brasileiro, muito revelador:

2.2. CLASSIFICAÇÃO DAS FLORESTAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

As Florestas Públicas cadastradas estão classificadas em Terras Indígenas (TI) (37,6%), Glebas Arrecadadas pela União ou Estados ainda não destinadas (20,9%), Unidades de Conservação (UCs) Federais (20,2%), Florestas Públicas Estaduais destinadas (15,2%), Assentamentos Públicos Federais (4,8%) e Áreas Militares (1%), conforme ilustrado no Gráfico 3.

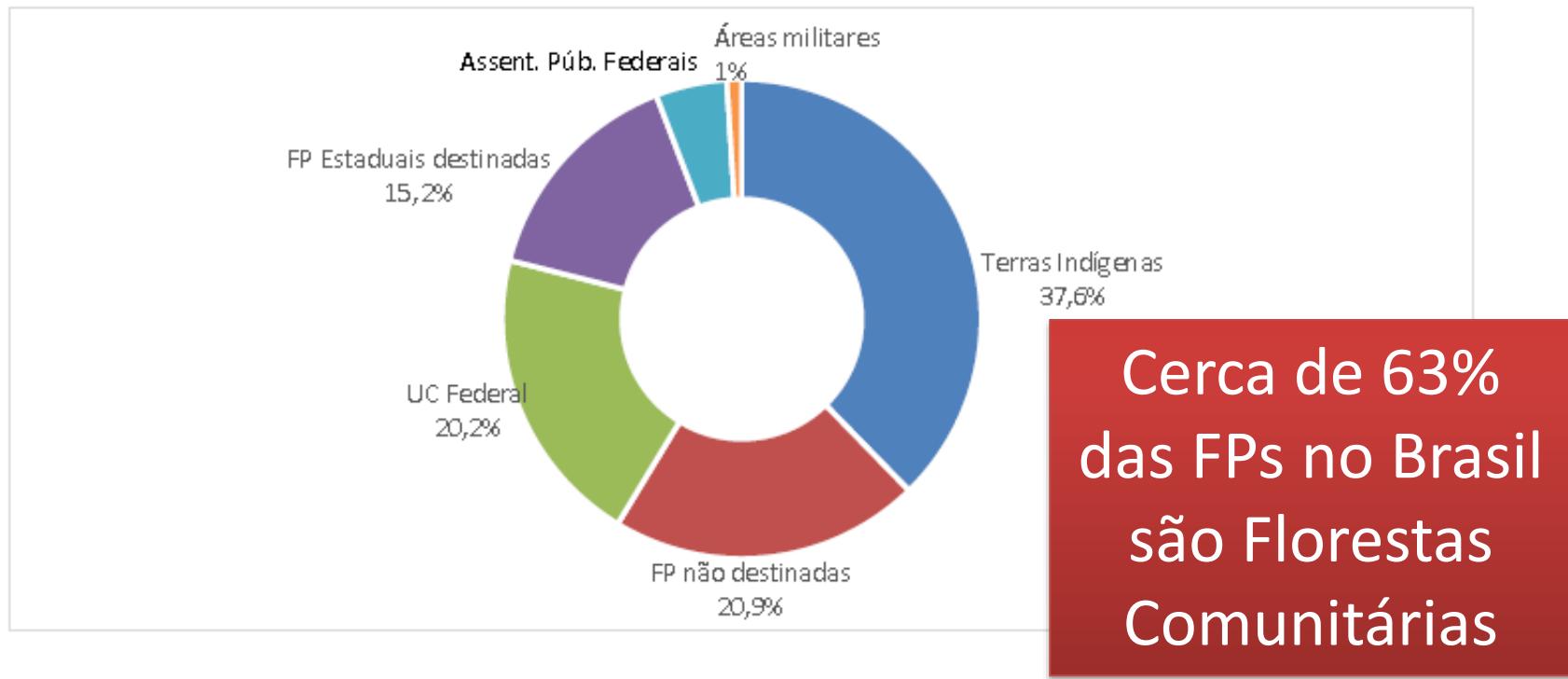


Gráfico 3 - Classificação das Florestas Públicas do Brasil.

Fonte: SFB (2018a).

Nota: ⁴Florestas Públicas Federais e Estaduais não destinadas.

Observatório tem atuação prioritária no estado do Pará, reunindo 49 organizações, sendo 28 de base comunitária, em uma área total de 6 milhões de hectares de florestas, beneficiando aproximadamente 30 mil famílias.

Entre as principais frentes de atuação destaca-se a incidência nas políticas públicas e na geração, compartilhamento e monitoramento de informações voltadas para garantir uma agenda de fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

participação da sociedade civil

Outra experiência do IEB, em conjunto com uma rede de 17 organizações parceiras, que envolve associações indígenas, extrativistas e gestores de áreas protegidas do sul do Amazonas é da implementação do Plano de Ação para a Gestão Integrada das TIs e UCs na região. Tal plano foi construído ao longo de 2016 e 2017 por meio de um curso modular.

O desafio foi realizar uma reflexão em que os gestores e os habitantes das UCs e TIs entendessem que passavam por dificuldades muito parecidas e enfrentavam os mesmos problemas, mas não havia nenhum espaço de diálogo entre eles. De fato, o aumento do desmatamento, a presença de grileiros e invasores e a possível implementação de grandes obras de infraestrutura estavam ameaçando a integridade, conservação e gerenciamento dos territórios tradicionalmente ocupados.

participação da sociedade civil

Assim a discussão sobre gestão integrada de UC e TI com a participação de indígenas, de extrativistas e gestores públicos da FUNAI e ICMBio foi melhor qualificada. Culminou com o desenvolvimento participativo de um Plano de Ação para as áreas protegidas do sul do Amazonas. Este documento foi apresentado e validado com uma participação mais ampla de líderes de organizações indígenas e extrativistas, gerentes do ICMBio e da FUNAI, Ministério do Meio Ambiente e parceiros, em 2017.

participação da sociedade civil

O Plano apresenta ações destinadas a alcançar alguns objetivos estratégicos:

- Gerar acordos de gestão integrada e cooperação territorial para o sul do Amazonas;
- Promover espaços de diálogo;
- Fortalecer ações estratégicas de vigilância territorial que envolvam organizações indígenas e extrativistas;
- Fortalecer as atividades econômicas e as cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade;
- Apoiar a realização de ações de fiscalização do território pelos órgãos responsáveis

participação da sociedade civil

Mas o seu principal resultado deste processos foi a oportunidade de estabelecer um diálogo entre os moradores e lideranças das terras indígenas (TIs) e das unidades de conservação (UCs) no sul do Amazonas, bem como gestores daquelas áreas protegidas localizadas nos municípios de Lábrea, Pauini, Boca do Acre e Humaitá.



aprendidas passíveis de compartilhar

- Superar a invisibilidade dos povos indígenas, comunidades tradicionais e da agricultura familiar é o primeiro passo para a garantia dos direitos territoriais e inclusão social;
- Garantir o acesso aberto às informações fundiárias e o compartilhamento dos sistemas cadastrais produzidos pelos diversos órgãos pode contribuir com a diminuição de conflitos;
- É necessário que sejam criados espaços específicos nos órgãos para atendimento das demandas dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares e que estejam acessíveis nos territórios;
- Há necessidade de garantir com que as práticas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar nos territórios de florestas comunitárias sejam reconhecidas e fomentadas;
- Uma maior integração entre IBAMA e ICMBio na aprovação e gestão de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável é urgente;

lições aprendidas passíveis de compartilhar

- o diálogo e maior participação social são poderosos instrumentos que potencializam a melhor gestão das áreas protegidas. Com isso aumentam as chances de manter a floresta em pé. Esse é o nosso desejo e assim reafirmamos nosso compromisso de continuar apoiando essa luta de povos indígenas e comunidades tradicionais na sua insistente determinação de manejar e manter nossas florestas com sabedoria.



Obrigada,

Luciene Pohl
luciene@iieb.org.br



Foto Luiz fernandes



Escritório Brasília

SCLN 211 - Bloco B, sala 101 e 102
Asa Norte - Brasília - DF
Telefone: (61) 3248-7449

Escritório Belém

Rod. Augusto Montenegro, 5955 - Cidade Jardim I,
Setor Comercial - 1º e 2º andar - Lote 2A, nº 7
Parque Verde - Belém - PA
Telefone: (91) 4141-7816

